



Apresentação do Livro

“Proteção de Dados Pessoais: Que futuro Estamos a Construir”

23 de fevereiro de 2026

1 - Introdução

É com enorme satisfação que aceitei o convite para dizer algumas palavras sobre o livro que hoje é aqui publicamente apresentado.

Antes de o fazer quero confessar que ao folheá-lo fiquei com uma ponta de inveja, por não ter podido estar presente na Conferência Internacional Comemorativa do Trigésimo Aniversário da Comissão Nacional de Proteção de Dados e por isso não ficar associado, neste registo de palavras escritas e de imagens, de elevada qualidade gráfica, a esse magnífico momento.

O convite que me foi agora dirigido, enquanto Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, certamente que se deve ao facto dos tribunais desempenharem um papel fundamental na proteção dos dados pessoais, garantindo que os direitos fundamentais dos cidadãos são respeitados quando as suas informações são tratadas por entidades públicas ou privadas.

Na verdade, eles funcionam como instância de controlo e fiscalização, avaliando se houve violação das normas em vigor e garantindo que as pessoas possam exercer direitos como o acesso, a retificação ou o apagamento dos seus dados.

E ao aplicarem sanções e determinarem indemnizações quando há um uso indevido de informação, reforçam a responsabilização das organizações.

E, por último, mas não menos importante, os tribunais contribuem para a uniformização da interpretação da lei, promovendo segurança jurídica e confiança no ambiente digital, sendo, por isso, um importante aliado da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Por curiosidade, não resisto a dizer que, paradoxalmente, os próprios tribunais enquanto organizações que tratam importantes dados pessoais, não só navegam num quase vazio legislativo nesta matéria, como lhes falta o domínio exclusivo desse tratamento, uma vez que os mesmos estão armazenados numa plataforma informática controlada pelo Governo.



Mas, pedindo desculpa por esta interrupção discursiva, regressemos ao objetivo desta sessão pública e que me permite redimir-me da minha ausência em junho de 2024..

Estamos perante um livro que compila as intervenções produzidas no âmbito da Conferência Internacional Comemorativa do 30.º Aniversário da Comissão Nacional de Proteção de Dados, que se realizou nesta mesma casa em 24 de Junho de 2024 e que regista fotograficamente alguns dos momentos dessa Conferência.

Mais do que um simples conjunto de intervenções, este livro é um testemunho vivo de três décadas de compromisso inabalável com os valores da liberdade, da privacidade e da dignidade humana.

E fica como um importante instrumento de memória e reflexão sobre a atualidade e a perspetiva do futuro da proteção de dados em Portugal e na Europa.

2. Um percurso de três décadas

Quando, em 1994, a CNPD foi criada, poucos imaginariam o papel decisivo que viria a desempenhar num mundo em rápida transformação tecnológica.

O mundo de então estava ainda muito distante da sociedade digital que hoje conhecemos.

As redes sociais não existiam, os telemóveis davam apenas para fazer chamadas e a internet começava timidamente a entrar nos escritórios e lares portugueses.

Mas já nesse tempo se percebia que a informação pessoal seria, cada vez mais, o coração da vida moderna, o novo bem precioso a exigir confiança, transparência e proteção.

Foi nesse contexto que nasceu a Comissão Nacional de Proteção de Dados, com a missão de garantir que o tratamento dos dados pessoais respeitava os direitos fundamentais.

Trinta anos volvidos, a relevância dessa missão é ainda mais evidente.

Hoje, falar de proteção de dados é falar de democracia, cidadania, soberania digital e ética pública.

3. Uma conferência de ideias e compromissos

A conferência neste livro documentada em palavras e imagens reuniu especialistas, dos quatro cantos do mundo.



Nesse dia, foram escutadas vozes que se distinguem no pensamento e na ação sobre as grandes questões do nosso tempo:

Como garantir a privacidade num mundo dominado por algoritmos e inteligência artificial?

Como assegurar a proteção dos cidadãos perante o poder das plataformas digitais globais?

Como conciliar inovação tecnológica e confiança social?

E, sobretudo, como colocar o ser humano no centro desta nova era digital?

As respostas a estas questões da atualidade não são simples.

Mas nas páginas deste livro podemos encontrar pistas de caminhos futuros, em forma de reflexão, de análise crítica, mas também de compromisso.

Cada intervenção representa uma peça de um mosaico coletivo, onde se cruzam experiências e perspetivas de diferentes circunstâncias e geografias, com um objetivo comum: proteger as pessoas num mundo cada vez mais orientado pelos dados.

4. A importância desta publicação

Este livro tem, portanto, três grandes propósitos.

Em primeiro lugar, o propósito de registar.

Nada é mais frágil que a memória institucional se não for fixada e partilhada.

Ao editar estas intervenções, a Comissão Nacional de Proteção de Dados contribui para preservar o pensamento e as ideias que marcaram um momento-chave da sua história.

Em segundo lugar, o propósito de divulgar.

A proteção de dados não é matéria apenas de especialistas.

É um tema que diz respeito a todos – governos, cidadãos, empresas, escolas, organismos públicos e meios de comunicação.

Este livro pretende levar o debate mais longe, tornando o conhecimento acessível e inspirador para todos os que acreditam na importância da liberdade informacional.

E, por fim, o propósito de projetar o futuro.

Ao olharmos para trás, ganhamos perspetiva para enfrentar os desafios que aí vêm.

A digitalização acelerada, a inteligência artificial generativa, a vigilância biométrica, o tratamento massivo de dados sensíveis.



Tudo isto coloca novas exigências éticas e jurídicas.

As reflexões aqui reunidas ajudam-nos a compreender onde estamos e, sobretudo, para onde queremos ir enquanto comunidade democrática.

Este é, mais do que um livro da Comissão Nacional de Proteção de Dados, é um livro de todos os que acreditam na proteção de dados como um pilar das sociedades livres.

5. Olhar para o futuro

Celebrar 30 anos foi, simultaneamente, um momento de balanço e de renovação.

Vivemos numa era em que os dados circulam com uma velocidade e um alcance nunca antes imaginados.

As decisões que afetam as nossas vidas, desde a saúde à justiça, do emprego à educação, são cada vez mais mediadas por sistemas automatizados e algoritmos.

Neste contexto, a proteção de dados não é um obstáculo à inovação: é a condição da confiança, o que permite que a tecnologia exista ao serviço das pessoas e não o contrário.

O desafio, hoje, é continuar a afirmar a relevância da Comissão Nacional de Proteção de Dados, em diálogo constante com os cidadãos, com a administração pública, com o setor privado e com o universo académico.

Este diálogo é essencial para garantir que as regras evoluem, mas não renunciam à sua essência: a defesa do direito fundamental à autodeterminação informacional.

O livro que agora apresentamos é um contributo decisivo para que esse diálogo se mantenha.

Cada texto, cada reflexão aqui reunida é um convite a pensar criticamente, a intervir e a construir um futuro digital mais justo, mais ético e mais humano.

6. Conclusão

Permitam-me terminar com uma ideia central que atravessa todo este percurso de 30 anos e se encontra bem expressa neste livro: a proteção de dados é, antes de mais, uma questão de liberdade.

É a garantia de que cada um de nós pode viver numa sociedade tecnológica sem abdicar da sua intimidade, da sua autonomia e da sua dignidade.



SUPREMO
TRIBUNAL
DE JUSTIÇA

O Presidente

Celebrar 30 anos foi, portanto, celebrar 30 anos de defesa da liberdade - uma liberdade discreta, muitas vezes invisível, mas absolutamente essencial.

Este livro é, pois, um marco de reconhecimento e uma janela aberta para o futuro.

Reconhecimento do caminho percorrido, das dificuldades enfrentadas, das conquistas alcançadas, e, acima de tudo, da confiança que a Comissão Nacional de Proteção de Dados continua a inspirar na sociedade portuguesa, face a novos perigos.

Que este livro sirva não apenas como memória, mas também como inspiração para os próximos 30 anos - porque proteger dados é, hoje e sempre, proteger as pessoas.

Muito obrigado.

Lisboa, 23 de fevereiro de 2026

João Cura Mariano, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça